

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A TAP tem um papel central na economia portuguesa: representa 2% do PIB (equivalente à Autoeuropa), adquire a cada ano mais de 1000 milhões de euros a empresas nacionais e transporta metade das 90% das pessoas que entram em Portugal por via aérea. No segundo semestre de 2024, a TAP teve um lucro de 72 milhões (resultado líquido positivo de 400 mil euros), sendo o número de passageiros transportados de 7,7 milhões. Não faz sentido privatizar uma empresa de interesse estratégico que foi salva com dinheiro público e que agora está a dar lucro. Basta olhar outros exemplos, para o que aconteceu à PT, aos CTT, à CIMPOR e à ANA, para se perceber o que foram as privatizações em Portugal, quem ganhou com elas e o que o país perdeu em recursos públicos, mas também em controlo estratégico.

A TAP é mais uma das empresas com um histórico de privatizações com maus resultados. Quando a direita decidiu a sua privatização em 2015, à vigésima quinta hora e sabendo que o seu programa de governo iria ser chumbado, cometeu um erro que se pagou caro. Quando veio a pandemia e todo o setor da aviação civil sofreu um embate nunca antes visto, o acionista privado revelou a sua verdadeira cara. Além de negócios com aviões, ainda hoje por explicar cabalmente, o privado recusou-se a investir quando mais foi preciso e o Estado teve que intervir (como aliás sucedeu em praticamente todos os países naquela altura). O PS fê-lo, no entanto, com a promessa de uma futura reprivatização.

O arranque desta reprivatização deu os primeiros passos a 10 de maio, quando o Governo publicou um decreto-lei a mandar a Parpública para contratar pelo menos duas avaliações independentes para poder elaborar o caderno de encargos para a reprivatização da companhia de bandeira, atualmente detida a 100% pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). O contrato de assessoria financeira para a avaliação da companhia aérea foi assinado a 5 de julho de 2023 com a EY e o Banco Finantia.

Em setembro de 2023, foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei que inicia o processo de reprivatização da TAP. Neste processo, o Governo definiu que pretende alienar pelo menos 51% do capital da empresa, reservando até 5% para os trabalhadores. O objetivo

seria o de até ao final de 2023 ou, o mais tardar, no início de 2024 apresentar em Conselho de Ministros o caderno de encargos que definiria a “concretização e a ponderação dos valores estratégicos que o Governo definiu como prioritários”, adiantou Fernando Medina.

O decreto-lei, que enquadra as condições para a reprivatização da TAP, foi vetado por Marcelo Rebelo de Sousa, que quis mais garantias sobre a influência futura do Estado nos destinos da companhia. Com a demissão do Governo, no fim de 2023, o processo parou.

O Jornal económico (JE) noticiou esta semana que o atual governo tenciona usar na privatização da TAP as avaliações já feitas pela EY e Banco Finantia no âmbito do contrato de assessoria financeira de 5 de julho de 2023.

A avaliação levada a cabo pelo Banco Finantia, a que o JE teve acesso, conclui para que “tendo por base as diferentes metodologias adotadas e análises de sensibilidade efetuadas, o valor de 100% dos capitais próprios do Grupo TAP situa-se entre os 800 milhões e os 1.100 milhões de euro. Já a consultora EY refere que o justo valor dos capitais próprios se situa entre 900 milhões e os 1.100 milhões.

As avaliações prévias são um requisito formal dos processos de privatização. Na prática, o Estado terá de vender com um valor implícito acima destes intervalos para que se possa considerar que o interesse público foi salvaguardado.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Ministério das Infraestruturas e Habitação os seguintes documentos:

1. Estudo de avaliação da TAP, realizado pela consultora EY, no âmbito do processo de privatização;
2. Estudo de avaliação da TAP, realizado pela Banco Finantia, no âmbito do processo de privatização.

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)

MARISA MATIAS(BE)